

Magistrados de MS são afastados por suspeita de vender sentenças

Investigação

Cinco desembargadores do TJ-MS são afastados e usarão tornozeleira

Magistrados, entre eles o presidente da Corte, são suspeitos de venda de sentenças; apuração já atingiu TJ-MT e até um ministro do STJ

PEPITA ORTEGA FAUSTO MACEDO RAYSSA MOTTA

Alvo da Operação Última Raio, da Polícia Federal (PF), cinco desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) foram afastados...

"O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul seguirá desenvolvendo seu papel de prestação jurisdicional célere e eficaz, com o objetivo de que os desembargadores, magistrado e servidores referidos será garantido o devido processo legal"

Cerca de cinco mil diálogos recuperados pela PF no telefone do advogado já haviam levado também ao afastamento, em agosto, de outros três magistrados do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT)...

Conhecido como o "lobista dos tribunais", Zampieri armazena um acervo de conversas que provocam também uma tempestade no STJ ante a suspeita de envolvimento de um de seus ministros, Paulo Moura Ribeiro, e de servidores lotados nos gabinetes de outros ma-

gistrados da Corte superior. Ribeiro nega a prática de ilícitos. A citação a um ministro do STJ fez subir o patamar da investigação, chegando ao Supremo Tribunal Federal (STF), a instância máxima do Judiciário, que detém competência para eventualmente processar magistrados do STJ. No Supremo, o relator da investigação será o ministro Cristiano Zanin. Na sessão da Terceira Turma do STJ, realizada no último dia 8, a ministra Nancy Andrighi fez referência ao caso. "Não posso dizer o que sente um juiz com 48 anos de magistratura quando se vê numa situação tão estranha como essa. O importante é que já foi localizada a pessoa, respondeu a sindicância e está aberto o PAD (Processamento Administrativo Disciplinar) no tribunal." Zampieri foi assinado aos 59 anos e deixou digitais em decisões sobre grandes demandas, especialmente referentes a disputas de terras, em curso nos TJs de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Neste Estado, foram afastados, além do presidente da Corte, os desembargadores Vladimir Abreu da Silva, Alexandre Aguiar Bastos, Sideni Soncini Pimentel e Marcos José de Brito Rodrigues. Também foram afastados das funções o conselheiro do TJ-MS Osmar Domingues Jeronymo e o servidor do TJ-MS Danilo Moya Jeronymo.

BUSCAS. A casa do desembargador aposentado Julio Cardoso foi um dos 44 endereços vasculhados pela PF ontem no âmbito do inquérito. Os R\$ 3 milhões encontrados estavam acondicionados em uma mala. Conforme a investigação, Cardoso é suspeito de "ilegalidades" em julgamento que levou ao "pagamento indevido" de mais de R\$ 5 milhões a uma advogada com quem mantém "estreitos laços".

A PF chegou a pedir a prisão do desembargador que se aposentou em junho, quando a investigação já estava em andamento. Falcão negou o pedido, segundo parecer do Ministério Público Federal. O ministro do STJ autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Cardoso. As informações vão permitir que os investigadores mergulhem em "transações imobiliárias de grande monta realizadas pelo desembargador com o emprego de recursos de origem não rastreável".

Os agentes federais também fizeram buscas nas residências e nos gabinetes dos desembargadores afastados. Além da venda de sentenças, a ofensiva pu-

Os afastados



Sérgio Fernandes Martins, presidente do TJ-MS



Sideni Soncini Pimentel, desembargador



Alexandre Aguiar Bastos, desembargador



Vladimir Abreu da Silva, desembargador



Marcos José de Brito Rodrigues, desembargador

ra ainda a suspeita de crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa, extorsão e falsificação de escrituras públicas. Falcão proibiu o acesso de investigadores ao TJ-MS e vedou a comunicação entre os alvos.

LAVAGEM. Com a quebra de sigilo dos desembargadores, a PF avaliou a evolução patrimonial do grupo investigado. A discrepância nos números levou os investigadores a identificar caminhos que os magistrados teriam adotado para lavar dinheiro de propinas: gado "fantasma" - por meio da simulação de compra -, casas, carros de luxo - incluindo um Jaguar -, jet sky e empréstimos de pai para filhos.

A suspeita com relação a negócios simulados de compra e venda de gado alcega, por exemplo, a investigação sobre o presidente do TJ, Sérgio Martins, agora afastado. De acordo com os investigadores, ele teria comprado 80 cabeças de gado de seu pai. Mas ressaltam que "não foram identificadas transações bancárias que indicassem o pagamento da compra".

Segundo a Receita Federal, o esquema sob suspeita envolvia lobistas, advogados e servidores com "grande influência" na Corte de Mato Grosso do Sul que teriam atuado por decisões favoráveis em ações envolvendo propriedades rurais milionárias. Os investigadores veem indícios de participação de filhos de autoridades no esquema.

Conversas obtidas pela PF indicam também que o suposto esquema de venda de decisões judiciais no TJ de Mato Grosso do Sul era conhecido por servidores do Judiciário. Natacha Neves de Jesus Bastos, assessora do gabinete do desembargador aposentado Julio Cardoso, afirma em uma conversa: "To do mundo fala: 'Ai, não sei como que o CNI (Conselho Nacional de Justiça) não pega, a Polícia Federal não pega'".

VENCIMENTOS. Os cinco desembargadores afastados já receberam, cada um, mais de R\$ 1 milhão em salários em 2024, levando em consideração a remuneração líquida entre janeiro e setembro. O TJ-MS é o que melhor remunera os magistrados em todo o País, segundo levantamento do CNI. O tribunal aloja 37 desembargadores - 13% da Corte, agora, está sob monitoramento eletrônico. Os desembargadores afastados tiveram rendimentos brutos de R\$ 6,4 milhões, em 2024, ou R\$ 5,2 milhões em valor líquido, após descontos de praxe. O subsí-



Na mala

R\$ 3 milhões é o montante em espécie apreendido na casa de um desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de MS

dio dos magistrados de MS atropela o teto salarial do funcionalismo, que é de R\$ 44 mil brutos pagos aos ministros do Supremo Tribunal Federal. O subsídio mensal dos desembargadores é de R\$ 397 mil, mas o menor valor que eles receberam foi R\$ 81,3 mil líquidos. Em alguns casos, os proventos dos magistrados bateram R\$ 210 mil.

As diligências de ontem da PF foram realizadas em três Estados - nas cidades de Campo Grande, São Paulo e Curitiba - e no Distrito Federal. Os investigadores encontraram nos locais um verdadeiro arsenal de espingardas e revólveres. A última Raio é um desdobramento da Operação Mineração de Ouro, aberta em 2021, que investigou o suposto envolvimento de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul em organização criminosa especializada em fraudes em licitações, superfaturamento de obras e desvio de recursos públicos.

Tal inquérito, por sua vez, teve origem em telefonemas interceptados na Operação Lama Asfáltica, e se desdobrou sobre a suposta venda de deci-



deben, em uma investigação. Há cerca de 100 milhões de reais em dinheiro apreendidos em uma operação da Polícia Federal. O dinheiro foi encontrado em uma residência em Curitiba, onde um desembargador estava hospedado. A operação foi parte de uma investigação mais ampla sobre o tráfico de sentenças judiciais.

Um novo grupo de magistrados foi identificado em uma operação conjunta da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. O grupo inclui desembargadores de vários tribunais estaduais e federais. As autoridades acreditam que o grupo atua em conjunto para facilitar a venda de decisões judiciais.

Os agentes federais também fizeram buscas nas residências e nos gabinetes dos desembargadores afastados. Além da venda de sentenças, a ofensiva pu-

Para investigar os magistrados, a Polícia Federal usou uma estratégia de infiltração. Agentes se apresentaram como advogados e procuradores, conseguindo acesso aos gabinetes dos magistrados.

Os magistrados afastados já receberam, cada um, mais de R\$ 1 milhão em salários em 2024, levando em consideração a remuneração líquida entre janeiro e setembro. O TJ-MS é o que melhor remunera os magistrados em todo o País, segundo levantamento do CNI.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 10 e 11